

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.985 - AM (2020/0270271-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : ROYAL MAX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO
LTDA
ADVOGADOS : EDUARDO BONATES LIMA - AM005076
CAROLINA POSTIGO SILVA - AM009214

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por FAZENDA NACIONAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO PIS E COFINS MERCADORIAS NACIONAIS VENDAS REALIZADAS ENTRE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SITUADAS NA ZONA FRANCA DE MANAUS INEXIGIBILIDADE 1 O DECRETOL N° 2881967 QUE CRIOU A ZONA FRANCA DE MANAUS PRESCREVE NO ART 4º QUE A EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DE ORIGEM NACIONAL PARA CONSUMO OU INDUSTRIALIZAÇÃO NA ZONA FRANCA DE MANAUS OU REEXPORTAÇÃO PARA O ESTRANGEIRO SERÁ PARA TODOS OS EFEITOS FISCAIS CONSTANTES DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR EQUIVALENTE A UMA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTRANGEIRO” 2 É ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA DESTA COLEND A SÉTIMA TURMA QUE NO BENEFÍCIO DA EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS DEVEM SER INCLUÍDOS OS VALORES RESULTANTES DE VENDAS DE PRODUTOS POR EMPRESA LOCALIZADA NA ZONA FRANCA DE MANAUS PARA OUTRA DA MESMA LOCALIDADE SOB PENA DE OFENSA AO DISPOSTO NO DECRETOL N 28867 AOS ARTS 40 E 92 DO ADCT DA CF88 BEM COMO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA SEM QUE IMPLIQUE OFENSA AOS ART 110 E 111 II AMBOS DO CTIT (AC 00199308520134013200AM SÉTIMA TURMA REL DESEMB FEDERAL REYNALDO FONSECA E DJF1 15082014) 3 NO MESMO SENTIDO DECIDIU O EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE É FIRME NO SENTIDO DE QUE A VENDA DE MERCADORIAS

PARA EMPRESAS SITUADAS NA ZONA FRANCA DE MANAUS EQUIVALE À EXPORTAÇÃO DE PRODUTO BRASILEIRO PARA O ESTRANGEIRO EM TERMOS DE EFEITOS FISCAIS SEGUNDO INTERPRETAÇÃO DO DECRETOL N 28867 NÃO INCIDINDO A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO PIS NEM DA COFINS SOBRE TAIS RECEITAS AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO (AGRG NO RESP 1550849SC REL MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES SEGUNDA TURMA JULGADO EM 06102015 DJE 16102015) 4 NO TOCANTE À EXTENSÃO DO BENEFÍCIO ÀS VENDAS REALIZADAS A PESSOAS FÍSICAS BEM COMO ÀS VENDAS DE MERCADORIAS IMPORTADAS ESTE EGRÉGIO TRIBUNAL RECONHECE QUE O BENEFÍCIO FISCAL RESTRINGE ÀS OPERAÇÕES REALIZADAS COM MERCADORIA ACIONAIS DESTINADAS A PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SEDIADAS NA ZONA FRANCA DE MANAUS (AC 14924020154013200AM RELATOR DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUS 01 TURMA PUBLICAÇÃO 10062016 E DJF1) 7 APELAÇÃO RECURSO ADESIVO E REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDOS.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 1.022 do CPC, no que concerne à negativa de prestação jurisdicional.

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do arts. 110, 175, 176 e 177 do CTN.

Quanto à terceira controvérsia, alega violação do art. 111 do CTN; art. 2º, § 1º, da Lei nº. 10.996/04; e art. 5º-A da Lei n. 10.637/02, no que concerne à incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento decorrente das vendas internas de mercadorias realizadas pela parte na Zona Franca de Manaus, possuindo como destinatários pessoas físicas, tendo em vista que a norma diferencia as hipóteses de incidência ou não conforme a qualidade do destinatário e não a finalidade da operação, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A demanda de massa que ora se verifica em torno da temática discutida nestes autos, impõe cautela por parte de todos os atores do processo. Observa-se que o julgamento favorável à parte autora, pelo Juízo de 1º grau, no que tange à improcedência da cobrança do PIS e COFINS sobre a receita de vendas realizadas por empresas sediadas na Zona Franca de Manaus para empresas também sediadas na ZFM, tem incentivado o ajuizamento de todo tipo de demanda buscando as mais variadas formas de desoneração tributária com base na interpretação extensiva do art.

4º do Decreto-Lei nº 288/67, tais como as que se referem às receitas de vendas de serviços, receita de venda de mercadorias estrangeiras, receita de vendas a consumidor final pessoa física, dentre outras.

Cumpra afirmar que a r. sentença deixou de diferenciar as vendas realizadas às pessoas jurídicas daquelas realizadas às pessoas físicas, ante a impossibilidade de aplicação extensiva do art. 2º, § 1º, da Lei nº 10.996/04 e do art. 5º-A da Lei nº 10.865/04 às vendas realizadas a estas (pessoas físicas).

Assim, devem ser concretamente distinguidas as situações que podem ser atingidas por tal interpretação extensiva, mostrando-se desarrazoado promover a desoneração tributária genericamente a todas as vendas internas realizadas na ZFM. (fls. 444).

[...]

Porém, vale frisar, a título de argumentação, que o referido dispositivo, é expresso ao limitar o benefício às operações envolvendo pessoas jurídicas. Veja-se:

Art. 2º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização na Zona Franca de Manaus - ZFM, por pessoa jurídica estabelecida fora da ZFM.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, entendem-se como vendas de mercadorias de consumo na Zona Franca de Manaus - ZFM as que tenham como destinatárias pessoas jurídicas que as venham utilizar diretamente ou para comercialização por atacado ou a varejo. (g.n.)

No mesmo sentido, estabelece o art. 5º-A da Lei n. 10.637/02, com a redação dada pela Lei n. 10.865/04:

Art. 5º-A Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de matérias- primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais ali instalados e consoante projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus SUFRAMA. (g.n.)e

Desse modo, entende-se como venda de mercadorias para consumo na Zona Franca de Manaus as que tenham como destinatárias pessoas jurídicas que as venham utilizar diretamente ou para comercialização por atacado ou a varejo. (fls. 445).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente, além de ter apontado

violação genérica do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem especificar quais os incisos foram contrariados, não demonstrou especificamente quais os vícios do aresto vergastado e/ou a sua relevância para a solução da controvérsia.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu que: “É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF”. (REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.798.582/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 17/6/2020; AgInt no AREsp n. 1.530.183/RS, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019; AgInt no AREsp n. 1.466.877/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 12/5/2020; AgInt no REsp n. 1.829.871/MG, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 20/2/2020; e REsp n. 1.838.279/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 28/10/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstrou, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte considera que quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal. Em relação à afronta aos arts. 13 da Lei n. 10.559/2002 e 943 do Código Civil, verifica-se a ausência de demonstração precisa de como tal violação teria ocorrido, limitando-se a parte recorrente em apontá-la de forma vaga, o que impede o conhecimento do recurso especial”. (AgInt no REsp n. 1.496.338/RS, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 27/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.826.355/RN, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 4/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp n. 1.617.627/RJ, AgInt no AREsp n. 1.617.627/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira,

Superior Tribunal de Justiça

Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg no REsp n. 1.690.449/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 5/12/2019; AgRg no AREsp n. 1.562.482/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 28/11/2019.

Quanto à terceira controvérsia, na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ”. (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.514.978/SC, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 17/6/2020; AgInt no AREsp 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018; e AgRg no AREsp 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente